

Estado do Espírito Santo CONTRATO № 006/2021

"Contrato referente à aquisição e Fornecimento de produtos de limpeza e consumo que entre si Fazem de um lado a Câmara Municipal de Guaçuí-ES, e de outro a empresa: BIG ATACAREJO nos termos e condições seguintes:"

A Câmara Municipal de Guaçuí, Poder Legislativo, estado do Espírito Santo, com sede na Praça João Acacinho, nº 02, 1º andar, Centro, cidade de Guaçuí, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 31.726.375/0001-67, neste ato representado por sua representante legal, Senhora Maria Lúcia das Dores, brasileira, solteira, portadora do CPF Nº 302.830.197-00, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Norte, nº 301, Bairro Ama Norte, CEP 29.560-000, doravante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA:

Razão social: BIG ATACAREJO EIRELI - ME.

Inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 21.192.814/0001-45

Com sede na Av. Joaquim Machado de Faria, № 55, BAIRRO CENTRO, GUAÇUÍ-ES, CEP 29.560-000.

Pelo presente instrumento, entre as partes contratantes acima especificadas, legitimamente representadas por quem de direito, abaixo assinados de acordo com o que consta no processo relativo a **COMPRA DIRETA Nº 010/2021** têm entre si como justos e acordados a celebração de presente contrato, mediante cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª - Do Objeto

O objeto do presente contrato é a aquisição parcelada mediante o fornecimento diário de produtos de limpesa e consumo, para atender a Câmara Municipal de Guaçuí, e especificações da clausula 5ª do presente termo, e condições constantes do processo 010/2021 e seus anexos , que fazem parte integramente deste Contrato; ficando a Contratada sujeita aos termos da lei Federal n.º 8.666/93 e alterações estabelecidas, fixando-se dos direitos e obrigações das partes.

Cláusula 2ª - Contrato

A Contratante firma contrato com a Contratada para fornecimento de itens descritos na clausula 5º abaixo, resultado de menor preço por item, conforme cotação em anexo e seus respectivos anexos, e, em especial, a **Proposta de Preços** e os **Documentos de Habilitação** da **CONTRATADA**, que fazem parte deste contrato.



Estado do Espírito Santo

- 1 O prazo de vigência será da data de sua assinatura até 21/08/2021 podendo ser prorrogado, conforme preceitos legais a critério da contratante, mediante termo aditivo firmado entre as partes.
- 2 A prorrogação de vigência do Contrato deverá sempre ser precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela **Contratada** continuam vantajosas par a Contratante.

Cláusula 4ª - Da Dotação Orçamentária

As despesa oriundas do presente Contrato deverá sempre ser precedida de próprias de orçamento vigente, suplementada se necessário, com a classificação funcional programática e de categoria econômica, a saber:

ESPECIFICAÇÃO	FICHA	<u>DOTAÇÃO</u> ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Material de Consumo 339030000	<u>03</u>	01000101.0103100012.001	<u>R\$</u> 1.556,51

Cláusula 5ª - Do Preco

1 – As partes atribuem a este Contrato, Para efeitos de direito, o valor global de R\$ 1.556,51 (mil quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e um centavos), conforme valores dos lances e negociações, correspondendo ao produtos abaixo relacionados:

PRODUTO DE LIMPEZA / CONSUMO

Item	Qtd/ Und	Descrição do Produto	Big Atacarejo	Valor Total
01	05 caixas	Copo descartável de 200 ml, cx c/ 25 pact. cada.	R\$2,95	R\$368,75
03	50	Saco de lixo de 50 litros	R\$3,99	R\$199,50
04	50	Saco de lixo de 100 litros	R\$6,99	R\$349,50
07	200	Toalha de papel multi uso c/ 02 rolos	R\$2,69	R\$538,00
12	32	Cloro de 01 litro.	R\$2,65	R\$84,80
19	02	Pá de cabo Longo 80 cm.	R\$7,98	R\$15,96

2 – No preço contratado está incluso, além do lucro, todos os custos direitos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto da COMPRA DIRETA Nº 010/2021, envolvendo entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, frete, embalagem, etc.. garantindo-se este durante toda a vigência e não será objeto de atualização.



Estado do Espírito Santo

- 1 O objeto desta licitação será fornecido de acordo com os pedidos formalizados através de pedido de empenho ou Contrato, de forma parcelada, de acordo com a necessidade do setor da merenda escolar.
- 2 Os produtos deverão ser entregues na unidade da Cãmara Municipal de Guaçuí-ES, cujos endereços serão indicados no competente termo de fornecimento diário, onde a Contratada, se obriga em razão do presente e da respectiva proposta de preço, em fornecer diariamente o objeto, após o recebimento da ordem de fornecimento.
- 3 Ficará a cargo da vencedora do itens da compra, as despesas de seguros, entrega, transporte, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes de execução do objeto desta licitação.

Cláusula 7ª - Das condições de Rcebimento do Objeto

- 1 − O objeto da presente licitação será recebido na data de sua entrega, conforme Cláusula 6ª deste Contrato, pelo responsável competente para tanto.
- 2 Havendo rejeição do produto, no todo ou em parte, a empresa vencedora deverá substituí-los no prazo estabelecido formalmente pela Administração, observando as condições estabelecidas para o fornecimento, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções administrativas estabelecidas pela lei federal n° 8.666/93 e suas alterações.
- 3 Os produtos serão recebidos conforme marca, tipo, qualidade e fabricantes especificados na proposta apresentada e aceitos por este Poder Legislativo, acompanhados das respectivas notas fiscais.
- 4 Os produtos perecíveis deverão estar dentro de sua validade de consumo.

Cláusula 8ª - Do pagamento

- 1 O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias contados da entrada na Nota Fiscal na Tesouraria da Contratante; ficando a liberação do pagamento condicionada à regularidade do fornecedor perante ao INSS e FGTS. O pagamento será efetuado, após trinta dias de efetivo fornecimento do objeto.
- 2 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa vencedora para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata este item começará a fluir partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem imperfeições.

Cláusula 9ª - Obrigações da Contratada

- 1 A Contratada responsabiliza-se á pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução do contrato;
- 2 A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no inciso anterior, não transfere à **Contratante** a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- 3 A Contratada responsabiliza-se á pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros;





Estado do Espírito Santo

4 - A Contratada não poderá transferir, no todo ou em parte, o presente contrato sem prévia e expressa autorização da Contratante.

5 – Substituir imediatamente e no prazo fixado pela administração, observado o prazo máximo de seis horas contados da comunicação, todo e qualquer produto que eventualmente seja rejeitado pela administração (data de validade vencida, embalagem amassada, sem condições de consumo, produto em desacordo com as especificações da proposta).

Cáusula 102 - Da Modificação Contratual

Dado regime jurídico deste contrato, a Contratante terá a prerrogativa de modificação, rescisão e alterações unilaterais, fiscalização, ampliação de sanções motivadas, respeitadas a própria concordância da Contratada quanto as cláusulas econômico- financeiras e monetárias, ainda alterações por acordo entre as partes, tudo conforme previsão da lei nº 8.666/93, art. 58 e 65.

Cláusula 11ª - Das Penalidades

A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no parágrafo 1° do artigo 65, da lei n.º 8.666/93, podendo a suspenção exceder tal limite, nos termos do parágrafo 9.648, de 27 de maio de 1998.

Cláusula 12ª - Da Fiscalização

A contratante fiscalizará permanentemente se a Contratada adequadamente os deveres previstos neste Contrato, quanto aos fornecimentos e, cumprindo havendo incorreção, será advertida para incorreção será advertida para correção dos defeitos apontados na execução de sua prestação, devendo fazer as devidas correções.

Cláusula 13ª - Das penalidades

1 – Ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Guaçuí-ES pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, caso a CONTRATADA venha a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7°, da lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2020 e, ficando sujeita às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações pelo não comprimento de quaisquer das exigências contidas na legislação em vigor, em especial:

- a) Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia, na entrega do material, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de entrega de material encaminhada pela Administração .
- b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, quando ocorridos 30 dias, ou mais de atraso.



Estado do Espírito Santo

quando os fatos geradores da penalidade decorram de casos fortuitos ou força maior, que independam da vontade da licitante e quando aceitos, justifiquem o atraso.

3 – Antes da aplicação das sansões de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa disposto no artigo 5°, inciso LV da constituição federal.

4 – As sanções da que tratam os subitens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de cumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela

Cláusula 14ª - Das Multas

As multas a serem eventualmente aplicadas nos casos pertinentes e que poderão ser acumuladas com outras sanções, na forma da Lei, serão limitadas ao percentual máximo de 20% (vinte por cento) e aplicadas na conformidade da gravidade da infração. Tais valores, inexistindo garantia caucionada em dinheiro, serão descontados em eventuais créditos da Contratada e, caso insuficiente, cobrada judicialmente. (Art. 80 IV Lei nº8666/93). A multa prevista não tem caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Cláusula 15ª - Da Recisão Contratual

O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no artigo 78 c.c. 79 a 80 da Lei nº 8666/93, no que lhe for aplicável, assegurando o contraditório e a ampla defesa na formalização dos motivos.

Cláusula 16ª - Da Falência

Nos casos de falência, dissolução, alteração de Contrato Social, modificação da finalidade ou Estrutura do Contratado, a recisão somente se dará se resultar evidenciado que a ocorrência torna inviável a execução do Contrato, resultará em prejuízo ou não possibilidade de cumprimento de sua prestação mesmo presumidamente.

Cláusula 17ª - Da Habilitação Contratual

Se for verificado, a qualquer tempo, que a Contratada não detinha as condições para regular habilitação, ou após este Contrato, deixou de preencher as exigências legais, a Contratante deverá promover a recisão do Contrato. Caso o problema seja regularidade fiscal, havendo crédito do Contratado a Contratante comunicará à Fazenda competente para as providências que entender necessária.

Cláusula 18ª - Da Execução



Estado do Espírito Santo

omissos serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis e cada qual, sendo que eventual omissão neste Contrato não restringe nem amplia a aplicação da Lei

Cláusula 19ª - Manutenção e Habilitação

A Contratada deverá manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, de modo permanente durante a execução do Contrato, sob sanções da Lei.

Cláusula 20ª – Do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato

Fica assegurado ao licitante vencedor, a recomposição de preços dos valores cotados, em face de ocorrência de aumento geral de preço, que venha afetar a equação econômico-financeira do contrato, para tal deverá o licitante apresentar cópias das notas fiscais anteriores e posteriores, onde fique evidenciado que efetivamente ocorreu aumento dos produtos, a ensejar a necessidade do reequilíbrio de preços.

Cláusula 21ª - Das certidões

Para a assinatura do presente contrato, a contratada fica obrigada a apresentar a Certidão Negativa de Débito, com o instituto da Previdência Social – CND e Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

Cláusula 22ª - Do Fórum Competente

Foro competente para dirimir eventual controvérsia a respeito deste Contrato será o da Comarca de Guaçuí-ES, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Assim, justas as contratadas, as partes assinam o presente Contrato em três vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas civilmente capazes, para que surta os seus efeitos legais.

Guaçuí-ES, 22 de fevereiro de 2021.

	CONTRATANTE	
	<u></u>	
建马车加入为制港在 。20	CONTRATADA	
Testemunhas:		
1- Studien		
Nome: RG: 1.557.649		
2- Davening de Sus		
Nome:	以关注	
RG: 1638621		